

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se de maneira online, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Bárbara Princival Cordeiro, Carla Cristina Agulham, Carolline P. de A. Maia, Daniela Medeiros de Oliveira, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilza Aparecida Pereira Teixeira e Stela Regina G. Wontroba.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Marilza Ap^a Pereira Teixeira, inicia a 9^a Reunião de Câmara de Educação Infantil de 2024, cumprimentando a todos e relembra que na reunião tem dois casos solicitando a permanência das crianças nas modalidades da educação infantil. Diz ainda que o caso do Colégio Opção retornou pois em conversa no início do ano ficou combinado de se verificar apenas no final do ano letivo a permanência ou não da criança. Em seguida a Presidente Marilza faz a leitura para retomada aos conselheiros. A Conselheira Carla diz ter conversado com os profissionais da Estrutura e Funcionamento solicitando uma visita porém não conseguiram contato com a unidade escolar e diz “ solicitamos relatório de outras terapias mas continuaram enviando os da escola, enquanto departamento o pedido foi que a criança mudasse de sala, não no primeiro semestre mas no segundo e houvesse todo um amparo, estou lembrando desse caso e fiquei curiosa para saber se teríamos toda essa documentação que foi pedido, mas a família não enviou da parte da terapia, então a gente continua sem saber se essa criança está ou não frequentando outras terapias. Outra questão é que essa criança deveria estar no Pré I, no parecer enviado do Departamento de Educação Infantil já era para ele estar adaptado já em agosto.” A Presidente Marilza diz que o que chamou bastante a atenção é que a criança esta frequentando duas vezes na semana a escola. A Conselheira Carla diz que não foi acatado o parecer que foi dado. A Conselheira Carolline fala que no seu entendimento continuar retendo essa criança e que em dois mil e vinte e seis ela faria um salto do Pré I para o primeiro ano, “ essa é uma opinião minha, não vejo como ela vai melhorar sem as terapias, se a família não dá esse suporte para ela, reter a criança. Deixar ela no Pré I e nos próximos anos vai estar retendo, será que vai conseguir reter ela sempre e no próximo ano fazer ela ir para o primeiro ano, no meu pensamento, seria mais adequado ela seguir do infantil para o pré I para ela ter uma adaptação, acredito que isso melhore, a decisão que será tomada hoje já estou pensando lá no primeiro ano, tudo que penso quando comecei a ler esse parecer é ela lá no primeiro ano, o corte que ela vai ter, da educação infantil para o primeiro ano.” A Conselheira Carla relembra que na época em que as crianças ainda bebês tem essa possibilidade diante de toda a comprovação legal, de médicos e terapias, ainda se pode ocorrer essa retenção, pois agora a criança está em outro momento de identificação e seus pares estão cada vez menores, e a discrepância na vida social da criança que é muito sério. Reforça ainda que os adultos olham para as crianças que apresentam laudos como eternos bebês e elas crescem e diz “ os maiores num grupo de crianças menores perdem interesse, sem falar da sistematização do conhecimento, ele pode ser TEA e nos dois documentos percebe-se uma evolução da criança.” A Presidente Marilza diz também ter percebido avanço significativo diante dos dois relatórios enviados pela unidade escolar, dizendo “ a única coisa que me chama atenção, concordo com a Carla, essa frequência de duas vezes na semana dificulta o avanço dele, como terá aprendizagem, desenvolvimento e a socialização se apenas duas vezes na semana ele está frequentando esse grupo. Indiferente se está com os maiores ou menores não teria, principalmente na comunicação, avanços. Me parece também que está faltando um pouco de compreensão das crianças autistas, porque a verbalização não é uma condição para que a criança avance ou deixe de avançar, ela encontra os conhecimentos de outras formas, e acho que essa criança já foi retida demais, dois anos

de retenção, muito tempo de permanência nessas modalidades que não favorecem o avanço dele na aprendizagem. Ele pode fazer milhares de terapias mas se não tiver esse atendimento no coletivo com outras crianças maiores, o que ele tem condições, as crianças vão se desenvolvendo no processo, e no momento anterior já tínhamos discutido isso, porque tanta retenção. Concordo com a Carla que precisamos dos relatórios das terapias, e ele precisa ir para o Pré II para ajudar facilitar e ajudar ele a desenvolver outras áreas.” A Conselheira Carla diz “ ele vai começar a imitar os menores, aí começa a desorganizar e não se sabe o porque, o TEA vai disparar momentos de desorganização, e sabe-se que a gente aprende com o meio.” O Conselheiro Luiz questiona se a criança já tinha sido retida sem autorização. A Presidente Marilza afirma que foi feito pela unidade escolar e por isso foi solicitado a visita da Estrutura. A Conselheira Carla explica “ foi um erro detectado pelas meninas da Estrutura.” O Conselheiro Luiz fala “ ele foi retido sem autorização do Conselho e pela própria unidade.” A Conselheira Carla responde “ foi um equívoco porque ele já estava, quando veio em dois mil e vinte quatro nos não sabíamos que ele tinha sido retido em dois mil e vinte dois e vinte e três.” O Conselheiro Luiz fala “ o equívoco foi na matrícula?” A Conselheira Carla afirma que sim. O Conselheiro Luiz continua “ o equívoco foi no Cemei mas a família se manifestou em algum sentido?” A Conselheira Carla fala “ a partir de dois mil e vinte e quatro, acredito que por isso que veio parar aqui.” O Conselheiro Luiz questiona o que a família quer. A Presidente Marilza diz que a família quer que a criança permaneça no infantil III. O Conselheiro Luiz DIZ “ preciso entender algumas coisas, entendo as falas que a Marilza e a Carla fizeram, sou a favor dessas falas, enquanto pai atípico posso confirmar isso, nunca serei a favor de retenção porque isso atrapalha o desenvolvimento da criança atípica, então teve um erro do Cemei lá atrás e a família quer que siga o que tá certo lá atrás, mas aí está a questão que a gente vai acatar o que o pai está falando, pois o erro foi do município, o pai não está pedindo, mas já que errou que mantenha, e acredito que e não resolver hoje vai voltar e que a gente verifique que esse tipo de questão não pode mais ser feito dentro de um município que tem o sistema que tem o controle, então a questão de tudo está em saber o que o Conselho vai fazer com relação ao que aconteceu dentro do próprio município.” A Presidente Marilza diz que lembra que a Delma disse que a Estrutura faria uma notificação a escola particular Opção, pois mesmo com todas as orientações a serem seguidas não foram, e dois, três anos já se tem uma repetição de erros, e fala “ falando da criança, que foi discutido na outra vez é como se tira a criança daquele grupo, pois é uma criança que desorganiza a partir da mudança da rotina, então também iríamos criar um problema com aquela criança, mas não ter apresentado o relatório das terapias que a criança faz nem é o problema porque estamos olhando a descrição da escola, a mesma escola que repetiu por três anos a retenção dessa criança.” A Conselheira Carla reforça que a escola deveria arcar com todos os custos de materiais, inclusive psicológico visto que foi erro dela mesma, e a preocupação era de não tirar a criança no meio antes do recesso, mas tramitar isso após o recesso. O Conselheiro Luiz diz que a escola possui essas informações visto que temos representante das unidades particulares dentro do Conselho, publicações abertas a todos, e diz “ primeiro que não cabe dizer que não sabia, segundo que não cabe ao Conselho a responsabilidade de uma decisão que não é do Conselho, é prerrogativa do Conselho dizer se retém ou não retém, se ele não for consultado e mesmo assim a escola reteve por conta e risco próprio, aí vou dizer com conhecimento empresarial que eu tenho, que isso é risco do negócio é da própria empresa, então eu acho que uma situação que caiu pro Conselho, o Conselho entendeu, foi humano em estender até o final do ano letivo, pensando na família, pensando na criança, mas para o ano letivo de dois mil e vinte e cinco eu não vejo

cabimento de sustentar essa situação que já perdura a três anos, porque se isso acontecer nós estaremos respaldando, vamos estar entregando prestes jurídicas aí para outras famílias que a gente já negou retenção lá atrás, peçam reavaliação das nossas avaliações, por isso já coloco meu voto ali que a criança precisa seguir o que é regular dentro do município, visando a segurança do nosso currículo, visando a segurança jurídica do Conselho, visando a segurança jurídica das próprias decisões que nós já tomamos com relação a esse tema.” A Presidente Marilza diz que é necessário repensar em porque a criança frequenta duas vezes na semana, o relatório das terapias que não apresentaram, as retenções que não há uma orientação legítima, se há registro em ata quanto as retenções, e a sugestão de uma notificação da Estrutura para que se atentem a esse tipo de situação. A Conselheira Carolline sugere que a criança avance para o Pré II e que a unidade escolar faça todo o acolhimento necessário após o erro cometido. A Presidente Marilza diz que será solicitado a escola esclarecimentos sobre a condição da criança porém será mantido a ida para o Pré II. O Conselheiro Luiz sugere que não seja solicitado documentos e esclarecimentos pois abre sessão para uma dúvida da permanência ou não da criança, mas sim que seja definido a decisão. A Conselheira Leila acredita que é necessário os documentos para verificar se os atendimentos estão ocorrendo. A Conselheira Carla fala que devem olhar a data de nascimento da criança, para ter certeza da data corte. A Presidente Marilza diz, após verificar na certidão novamente, que é em fevereiro de 2020. O Conselheiro Luiz reforça que se o Conselho tem dúvidas, é melhor solicitar mais documentações, porém se não tiver é melhor que seja definido a decisão. A Presidente Marilza fala que não se pode mais postergar a decisão pois já se passou muito tempo e a família precisa se organizar quanto a material pois já tem rematricula, porém por outro lado é necessário saber sobre as terapias e a frequência pois reflete na rotina escolar da criança. O Conselheiro Luiz fala “quem verifica o direito individual da criança é o Conselho Tutelar, podemos oficializar isso para que o Conselho Tutelar averigüe e acompanhe essa família, porque nosso papel enquanto Conselho Municipal de Educação é decidir as normas, decidir o que é certo dentro da questão legal, e penso que deveríamos enviar ao Conselho Tutelar, e outra seara que podemos entrar é que toda família atípica, tem essa justificativa dentro da legislação, tendo as terapias, tendo as justificativas que a criança que está em crise não esteja dentro da unidade naquele momento. A Conselheira Carol reforça que é necessário decidir o parecer agora da criança ser matriculada no pré II e sugerir no parecer que a criança seja acompanhada, através de relatórios, para não ter mais demora na decisão. A Presidente Marilza fala: vamos decidir u não a retenção da criança na modalidade ou avanço para o Pré II . E refoça “ sigo pensando que a Estrutura deveria fazer uma notificação, daquela bem caprichadas, porque não é a primeira vez que o Opção faz esse tipo de situação, se pegarmos aqui na Câmara de Educação Infantil, esse é o terceiro ou quarto caso que acontece, parecido, dessa instituição.” A Conselheira Carla reforça que o diferencial deverá ser no parecer, cobrando da família os atendimentos. O Conselheiro Luiz reforça que deve ser encaminhado ao Conselho Tutelar. A Presidente Marilza diz “ ali foi praticamente unânime, a criança segue para o Pré II, e no parecer vamos destacar que dê seqüência nas terapias, que a Estrutura notifique que a escola comunique a família da decisão.” A Presidente Marilza segue para o outro caso a ser discutido, da unidade Bom Jesus, fazendo a leitura da solicitação e laudos enviados pela família. O Conselheiro Luiz solicita que seja repetido o CID para eu ele pesquise e solicita que a Conselheira Stela relate sobre a criança pois percebeu que o relato da pedagoga não foi como o dos profissionais de saúde que o atendem. A Conselheira Stela relata que o olhar da mãe é de cuidado excessivo, que a criança perto dos demais é bem menor, e diz “ o desempenho escolar dele ao longo do

ano ficou muito a quem do esperado, os interesses dele são outro, a imaturidade, a condição dele ainda é do brincar, ainda que a gente trabalhe a alfabetização lá no primeiro ano, a última etapa da educação infantil são atividades de estimulação para alfabetização e ele não está nesse patamar, não é de interesse dele, então, eu sempre penso muito em refazer etapa mas a última etapa da educação infantil a gente tem que parar para avaliar e ponderar algumas coisas, fora disso acho que a criança tem que seguir o fluxo normal, e a gente sabe que seja no município, no Bom Jesus ou em outra escola, o primeiro ano é etapa de alfabetização e ele não tem repertório, não tem embasamento, interesse, não é nem um pedido para ele ser retido mas oportunizar a ele refazer uma etapa, se identificar entre pares, apresentar um progresso, que o habilite a ir para o primeiro ano, é uma criança com muita dificuldade de toda ordem.” O Conselheiro Luiz fala “ eu verifiquei no relatório pedagógico de vocês, que ele apresenta tudo isso que você falou sim, todas essas dificuldades mas não se afasta tanto do que é esperado.” A Conselheira Stela responde “ a professora quis colocar ali que a criança teve progressos, porque não é possível dizer que uma criança dentro da escola não tenha progressos, é uma criança que não ia para a escola, que estava sempre embaixo das asas da mãe, então assim, ele desenvolveu uma autonomia, ele teve progressos, mas o quadro dele ainda fica absurdamente a quem da faixa etária, então cada criança tem seu tempo, sua linha, seu ritmo de desenvolvimento, mas a área de interesse dele não chegou nessa última etapa da educação infantil. Ele foi matriculado de fato por conta da idade, ele nunca tinha ido para a escola, porque a idade dele é para essa etapa só que quando a professora coloca que ele teve progressos, ele teve sim porque sempre digo a elas, não cabe na minha cabeça você me dizer que não teve progresso dentro do ambiente escolar com tamanha estimulação que tem. Ele teve porque o quadro dele quando chegou aqui foi muito diferente de uma criança que já freqüentava a escola. Tenho medo dele não dar conta das demandas que terá que carregar.” A Presidente Marilza questiona se ele estava em casa ou matriculado em outra instituição. A Conselheira Stela diz que pelo que sabe a criança estava em casa e fala “ eu acho que a mãe foi muito temerosa em colocar ele na escola pela condição dele, ela tem um filho mais velho que estuda aqui com a gente, poderia ter colocada até na etapa anterior porque a gente oferta aqui, mas quando chegou na última etapa da educação infantil ela não tinha mais como segurar, já é uma etapa obrigatória, ficou fora da escola no pré I que já é uma etapa obrigatória, e seguiu neste ano e não teve muita escapatória.” O Conselheiro Luiz fala “ as crianças que entram na condição atípica não entram no caso de retenção dos outros anos, falo isso pelo meu filho que tem uma condição atípica, não se compara, tem algumas condições motoras, mas ele já é dado a ler, escrever, porque minha esposa e eu sempre cobramos, mas se a criança passar para o primeiro ano ele pode ser reprovado?” A Conselheira Stela responde “ a gente sempre trabalhou com a perspectiva de que sim, ainda que tenha uma criança de inclusão não tem o impeditivo legal para eventualmente uma retenção ao longo da vida escolar, é claro que se para uma criança não atípica já temos toda uma cautela, esgota todas as intervenções possíveis, uma criança atípica certamente também, próprio documentação escolar não nos apresenta o contrário.” A Conselheira Carla questiona se não chegou documentação do Especial, e a Conselheira Carolline responde “ na verdade pelo tempo, já foi levado para Câmara, não foi nem apresentado como correspondência no pleno ele, como chegou e estamos no final do ano, acabei decidido que seria melhor a gente colocar na Câmara e fazer o primeiro parecer dessa criança, porque está em período de rematrícula para que não acontecesse o que aconteceu com o João do Opção, sem ter que toar uma decisão.” A Presidente Marilza fala “ ainda assim penso que a gente precisa do parecer em especial do Especial, porque tem coisas que são contraditórias ali,

a gente sabe que o relatório escolar ele minimiza algumas coisas para não impactar a família, mas a gente precisa da Educação Especial porque tem ali coisas nos relatórios dos médicos, dos terapeutas, que são importantes de olhar, tem bastante característica de autismo, não é Carla?” A Conselheira Carla responde “ sim acho importante dar uma refinada mesmo.” O Conselheiro Luiz diz “ acho que é isso, se for olhar o que a escola enquanto parte pedagógica ta ok, por mais que a fala da Stela nos remeta não é importante fazer a retenção por n situações, mas acredito que existem situações naquele laudo que você leu, trás muito abertamente que parece que foi a mãe que escreveu e o médico assinou, aí os outros dois que você leu já são muito mais completos, apontando as debilidades, ele começou nas terapias muito tarde, mas os outros laudos já são mais completos que o primeiro que já foi mais taxativo, retém pronto e acabou. AÍ eu acredito sim, com todo respeito a da Presidente do Conselho, mas acredito que nós precisamos ter principalmente o Especial se manifestando nesse contexto e do Infantil, até para poder dar certeza porque não da pra tomar uma decisão assim sem ouvir, principalmente referente a essa questão, se for procurar no Google o CID que ela colocou ele não entra naqueles CIDs do autismo por exemplo, ou outros CIDs legais que não tem obrigação de retenção, esse CID específico que está colocado para essa criança, ela entra exatamente na questão legal que a Stela falou, daí ele pode sim ser reprovado, retido, enfim.” A Presidente Marilza fala “ as funções sensoriais que ele apresenta ali demanda outros atendimentos também pelo que a gente percebe.” A Conselheira Carla diz que o documento é riquíssimo porém permanece no TO. Conselheiro Luiz ressalta que o TO não é cognitivo. A Conselheira Stela se despede pois tem uma entrevista e reforça “ o objetivo era discutir caso, o que a Câmara decidir ok, estou de acordo, acho bem pertinente encaminhar para análise do Especial para que tenhamos mais repertório para poder fazer a melhor decisão.” A Presidente Marilza reforça a importância de encaminhar para os Departamentos. A Conselheira Carla reforça que a riqueza de detalhes vem de uma área específica nos relatórios sendo necessário outros olhares também. A Presidente Marilza fala “ como teve essa super proteção, ficou em casa até agora, provavelmente essa interação com outras crianças foi pouca, então teve outras questões que precisam ser olhadas antes de pensar.” A Conselheira Daniela diz “ existe toda uma especificidade de crianças prematuras extrema então eu acho que a educação infantil vai poder esclarecer para gente bem melhor tudo isso. No relatório a gente nota a super proteção da família e isso é natural porque é uma criança que foi prematura extrema, e existem também a s especificidades então a educação especial vai nos ajudar bastante com relação a isso.” A Presidente Marilza fala “ são vinte e sete semanas, é muito pequenininho.” A Conselheira Daniela diz “ e tudo que pode acontecer nesse desenvolvimento cerebral, o que foi feito lá no útero, então é bem complexo essa maturação.” A Presidente Marilza fala “ que começa aparecer agora, que começa a vivenciar essas perdas de desenvolvimento.” A Conselheira Caroline fala “ quero perguntar uma coisa para vocês, essa criança vamos dizer que, agora ao vai ter um parecer, vamos mandar para o Especial, vai demorar um pouquinho mais, vocês acreditam que nesse ano, duas semanas a gente consegue fazer um parecer ou não, só pra eu poder me organizar aqui. Desculpa a minha inexperiência muitas coisas são novas pra mim, então eu quero pautar o andamento certinho com vocês porque eu não sei como fica a parte administrativa para a escola, então queria saber do que vocês já fizeram, de retenção de tudo, o que vocês acreditam que possa acontecer no tempo que a gente tem, para o ano que vem? ” A Presidente Marilza diz “ precisa dar uma acelerada, conversar com o especial para ver se eles fazem a visita, eu acredito Carol que apareçam algumas coisas, precisa uma extraordinária, nem que a gente faça online, a mesma situação da anterior que a gente falou, tem questão de

material, organização da família, são coisas diferentes, tem muita coisa envolvida, para a gente finalizar e pouquíssimo tempo.” A Conselheira Carolline diz “ me preocupo com isso, com as reuniões de Câmara, porque eu sei o andamento no final do ano das escolas, fiquei preocupada com vocês, com a demanda de serviço que vocês tem e obviamente com a criança e com a família e ela acabar o ano sem parecer. E o Bom Jesus fica sem saber, coloca essa criança para o primeiro ano, daí ano que vem não vai existir essa volta, uma angustia a minha fala, desculpa.” A Presidente Marilza fala “ foi protocolado agora em novembro.” A Conselheira Carolline diz “ 14 de novembro”. O Conselheiro Luiz fala “ mesmo que apure isso Carol fica meio prejudicado, porque nas outras decisões que a gente tomou, principalmente quando vinha caso bem prejudicado nesse nível dessa criança, sempre era bem embasado a questão do Especial e do Infantil pra que a gente pudesse entender e pelo que eu entendo pelo histórico que nós temos dentro da Câmara da Educação Infantil e do Conselho, o médico pode dizer o que ele quiser mas o que a gente sempre verifica e analisa cem por cento são os relatórios pedagógicos.” A Presidente Marilza fala “ a condição da criança, a gente precisa olhar a condição da criança.” A Conselheira Carla fala “ preciso antenar aqui e pedir que a Câmara, do documento que a gente recebeu ontem, do documento que foi enviado na quarta para departamento da educação infantil foi oficializado e enviado para nós, sobre o referencial. Amanhã teoricamente seria o pleno, certo?” A Conselheiro Carolline responde “ amanhã segue a leitura da Comissão para o pleno, após a leitura a decisão do pleno se for necessário o retorno para Câmara porque (inaudível) adequações.” A Conselheira Carla responde “ era isso que eu precisava saber.” A Presidente Marilza pergunta “ mas o departamento teve acesso, já conseguiram olhar alguma coisa?” A Conselheira Carla responde que sim, que “ a comissão está reunida porque nós não fizemos sozinhas, não foi só um departamento, foram várias ações que foram feitas, com o coletivo, então dentro desse coletivo, é que vem a estranheza do que vem sugerido, para o Pleno, nós entregamos ano passado, nós entregamos novamente no início do ano, nós pedimos novamente entregamos em julho, e em uma semana pedir correção, caso contrário seja colocado outro, vocês devem ter noção do que isso mexe de uma forma incrível, da falta de consulta, da falta de chamar pelo menos o departamento, ou alguém da comissão para tirar uma dúvida, a gente realmente está bem impactado, mas não estamos parados no sentido de olhar, ler e reler, ao invés de ir aos Cemeis aos sábado estamos aqui então eu vou pedir extraordinária dessa câmara mesmo, entende, porque é mais de uma voz de departamento, a gente precisa dessa temporalidade, a gente sabe que estamos no final do ano mas ainda a gente tem ai uns dias letivos.” A Conselheira Carolline responde “ sem a reunião de amanhã não temos muito como seguir, o que o Conselho entendeu, sabendo do relatório a gente deu acesso aos departamentos previamente colocando a ressalva de que ele não estava aprovado pelo Pleno, porque é o que o Conselho podia fazer para ajudar, devido ao tempo, enviamos aos departamentos para que eles comessem o processo de adequação mas agora eu não tenho muito o que fazer, eu preciso que o pleno ande junto, não posso tomar nenhuma decisão, então a gente vai ter que esperar amanhã, ver as sugestões, não posso falar muita coisa porque não falo por um falo por todos ali.” A Conselheira Carla diz “ também, elas estão reunidas e eu preciso me interar, a gente conversar realmente, pedir de repente um tempo em ata, não sei ainda se está dentro do tempo.” A Presidente Marilza fala “ a temporalidade e disponibilidade das atas tem que ver com o Cássio certinho porque para lançar naquele sistema do Governo Federal acho que já passou, é bom dar uma verificada com o Cássio, mas por outro lado esse documento não passou para discussão da Câmara da Educação Infantil.” A Conselheira Carla responde “ ele não está formalizado.” A Presidente Marilza fala “ ele não passou na Câmara de

Educação Infantil ele passou direto na comissão, não teve uma prévia para fazer uma discussão, fazer algumas alterações.” O Conselheiro Luiz confirma que a reescrita não passou pela Câmara e fala “ o que foi colocado no sistema é o que está vigente no município, até onde eu sei até onde entendi das falas, que foi colocado no sistema foi isso não foi?” A Presidente Marilza afirma não ter recebido nada oficial, ouvindo apenas comentários. A Conselheira Carla fala “ a gente recebeu por email ontem.” A Conselheira Caroline diz “ ontem foi enviado o relatório da Comissão.” O Conselheiro Luiz fala “ esse relatório eu li, achei que estava escrito umas situações que eu super concordei. Acho que tem que ser revisto mesmo, mas se já passou o prazo inaudível.” A Presidente Marilza solicita a Conselheira Caroline que verifique com o Cássio o que foi colocado no sistema porque acredita que a data já tenha passado, e sendo colocado o anterior. O Conselheiro Luiz afirma que não cai na ilegalidade pois o Referencial atual está vigente, e “ sendo proposto uma reescrita, uma atualização, uma reavaliação do que já existe. O fato de não ter ido o que vocês sugeriram não quer dizer que foi um trabalho desfeito, pelo contrario, agora terá um pouco mais de tempo para poder reescrever. Sem informação ficaríamos discutindo uma coisa vazia ” A Presidente Marilza agradece e encerra se despedindo de todos.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais

Marilza	Aparecida	Pereira	Teixeira.
---------	-----------	---------	-----------